



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AS PROPOSTAS

REGULAMENTADAS E O CONTEXTO ESCOLAR

CLEUSANÍ MEDIANEIRA DOTTO

ORIENTADORA: PROFA. Me. FRANCIENE SOARES BARBOSA DE ANDRADE

Brasília/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CLEUSANÍ MEDIANEIRA DOTTO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AS PROPOSTAS REGULAMENTADAS E O CONTEXTO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão, do Desenvolvimento
Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Prof^ª. Me. Franciene S. B. de
Andrade

Brasília/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEUSANÍ MEDIANEIRA DOTTO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AS PROPOSTAS REGULAMENTADAS E O CONTEXTO ESCOLAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em //2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Professora Me. Franciene Soares Barbosa de Andrade (Orientador)

Prof^a. Esp. Úrsula Maria Nogueira Silva (Examinador)

Cleusaní Medianeira Dotto (Cursista)

Brasília/2015

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus filhos e a minha família, que me impulsionam a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar comigo iluminando meu pensar e acalmando meu coração nos momentos de inquietude frente à conclusão deste trabalho.

Aos meus filhos

Cecília Dotto de Lima e César Augusto Dotto de Lima, por se constituírem minha inspiração para seguir em frente mesmo diante das dificuldades, por estarem sempre ao meu lado, apoiando, incentivando e se alegrando com minhas conquistas, e através de olhares ingênuos e cheios de carinho entusiasmando a seguir em frente na busca de conhecimento, novas conquistas e realização pessoal.

A tutora online e orientadora Franciene que não desistiu de mim durante a realização deste trabalho e ao tutor presencial José Ferreira que se dedicou inteiramente para nos ajudar.

Agradeço também aos meus alunos com quem diariamente vivencio momentos de aprendizagem e entusiasmo. Constituindo assim um novo olhar frente a busca de conhecimento e valorizando o aprender, a descoberto assim.

A LÓGICA DE EINSTEIN

Conta certa lenda, que estavam duas crianças patinando num lago congelado. Era uma tarde nublada e fria, e as crianças brincavam despreocupadas. De repente, o gelo se quebrou e uma delas caiu, ficando presa na fenda que se formou. A outra, vendo seu amiguinho preso, e se congelando, tirou um dos patins e começou a golpear o gelo com todas as suas forças, conseguindo por fim quebrá-lo e libertar o amigo.

Quando os bombeiros chegaram e viram o que havia acontecido, perguntaram ao menino:

- Como você conseguiu fazer isso? É impossível que tenha conseguido quebrar o gelo, sendo tão pequeno e com mãos frágeis!

Nesse instante, um ancião que passava pelo local, comentou:

- Eu sei como ele conseguiu.

Todos perguntaram:

- Pode nos dizer como?

- É simples: - respondeu o velho.

- Não havia ninguém ao seu redor para lhe dizer que não seria capaz.

Albert Einstein

RESUMO

A presente pesquisa foi pensada a partir da importância da necessidade do conhecimento e reflexão sobre os documentos legais que embasam e direcionam a educação inclusiva, tendo como objetivo de compreender como os atores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas de educação inclusiva, diante da necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno.

A partir desse contexto foi pensada e desenvolvida a pesquisa qualitativa, a qual teve como mecanismos de coleta de informações a entrevista semiestruturada, e os participantes foram professores, professora da Sala de Recursos Multifuncional e a gestora de uma escola Estadual de Rio Branco Acre fundamentada em pressupostos teóricos como a Constituição Federal, a Declaração de Salamanca, Lei e Diretrizes e Base da Educação nº 9394/96, entre outros documentos decretos e normativas que direcionam e preconizam sobre a educação inclusiva nacional, considerando as modificações ocorridas no contexto educacional, em especial na modalidade da Educação Inclusiva. Quanto aos dados coletados, estes foram agrupados em categorias de análise concepções sobre de inclusão escolar, concepção de inclusão escolar a partir dos documentos normativos, decretos e diretrizes, dificuldades no desenvolvimento do trabalho frente inclusão escola, importância da inclusão nas escolas regulares e a importância dos documentos que legalizam a inclusão escolar, confrontados com os referenciais teóricos de Carneiro, Carvalho, Chizzotti, Demo e Silva e Costa entre outros que constituem reflexões significativas sobre documentos que regulamentam a esta modalidade de ensino. Nas análises de resultados percebeu-se que os participantes compreendem a educação inclusiva como ação relevante no contexto escolar, porém sentem-se despreparados para desenvolvê-la de forma plena, concebem os documentos como necessários para dar aporte legal para as atitudes e desenvolvimentos de procedimentos que atendem as demandas do ensino e que segura aos alunos a participação no ensino regular. No que postula sobre os documentos legais na educação inclusiva, há conhecimento e reflexões sobre os mesmos, mas ainda carece de um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento dessa modalidade de ensino na escola regular.

Palavras chaves; educação inclusiva, documentos normativos e contexto escolar.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7.
APRESENTAÇÃO.....	9
I – INCLUSÃO, PROPOSTAS REGULAMENTADAS E PRÁXIS DOCENTE..	12
1.1 Processos históricos da inclusão educacional no Brasil.....	15
1.2 Educação inclusiva: reflexões sobre o contexto escolar e as propostas regulamentadas.....	18
II – OBJETIVOS.....	22
2.1 Objetivo Geral.....	23
2.2 Objetivos Específicos	23
III- METODOLOGIA	24
3.1 Pressupostos Metodológicos.....	24
3.2 Contextos da pesquisa	25
3.3 Participante da pesquisa.....	26
3.4 Materiais.....	27
3.5 Instrumentos	27
3.5.1 Pesquisa Documental.....	28
3.5.2 Entrevista Semiestruturada.....	29
3.6 Procedimento de Construção de dados.....	29
3.6.1 Análise de documento.....	30
3.6.2 Entrevista semiestruturada.....	31
3.7 Procedimento de Análise.....	32
IV RESULTADOS E DISCUSSÃO DO RESULTADOS.....	32
4.1 Análise de documento.....	32
4.2 Entrevistas.....	33
4.2.1 Concepção sobre inclusão escolar.....	33
4.2.2 Concepção escolar a partir dos documentos normativos decretos diretrizes..	35
4.2.3 Dificuldades no desenvolvimento do trabalho frente inclusão escolar.....	35
4.2.4 Importância da inclusão escolar nas escolas regulares.....	
V Análise de documento.....	41
VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	45
ANEXO A - Aceite Institucional.....	46
ANEXO B - Carta de Apresentação.....	47
ANEXO C Termo de Consentimento Livre.....	48
APENDICE.....	49
APENDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada.....	50

1 APRESENTAÇÃO

A educação brasileira de maneira geral tem o desafio de implantar, permitir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, na perspectiva inclusiva. Porém compreender as políticas públicas de educação inclusiva na sua legalidade é de fundamental importância para podermos identificar os avanços no sistema de educação.

Nesse sentido, este estudo de análise dos documentos já elaborados fez-se necessário para a compreensão dos objetivos, proposta, intervenções e progressos no campo das diretrizes nacionais das políticas de educação inclusiva, a mesma tem provocado constantes discussões e significativas mudanças no âmbito escolar, como exemplo, as relações entre o ensino regular e a Educação Especial.

A partir de minha experiência e vivência no âmbito educacional, atuando como professora regente de sala de aula de ensino regular, com alunos com deficiência o que fez surgir inquietações e reflexões frente as propostas regulamentadas a respeito da educação inclusiva e as aprendizagens consolidadas pelos alunos. Na trajetória de formação profissional que vamos construindo uma base teórica que traz embasamento para nossa prática pedagógica. Através das práticas diárias, do contexto escolar, na convivência diária com os alunos, na constituição do conhecimento das aprendizagens significativas que surgem as inquietações, as angústias, frente ao fazer pedagógico na consolidação do saber dos alunos.

A partir dessas experiências surgiu a necessidade de investigar os referenciais teóricos as regulamentações a respeito da inclusão escolas e suas práticas no cotidiano escolar, bem como este conhecimento a consolidação do conhecimento por parte do principal beneficiário desse processo

Partindo desta perspectiva, esse trabalho se baseia na seguinte problemática: *como os atores do contexto escolar poderão empoderar-se de propostas regulamentadas que favorecem os processos inclusivos, frente à necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno?*

Cujo, o objetivo geral, visa compreender como os atores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas de educação inclusiva, diante da necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno. Tendo como objetivo específico:

Identificar nos documentos da escola quais propostas regulamentadas norteiam os processos inclusivos; Reconhecer as dificuldades de empoderamento das propostas regulamentadas que possam contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento do educando; Observar nos espaços escolares como se dá a relação entre a práxis pedagógica e as propostas regulamentadas.

2- **Fundamentação teórica:** abordagem dos processos históricos da educação inclusiva no Brasil, trazendo uma reflexão acerca das principais legislações nacionais vigentes, logo em seguida traz reflexões sobre o contexto escolar e as propostas de educação inclusiva regulamentadas no Brasil. 3- **Objetivos** mostra um detalhamento dos objetivos um caminho para concretizar os resultados. 4 - **Metodologia:** traz uma abordagem dos pressupostos metodológicos da pesquisa enfatizando e destacando o objetivo e a metodologia adotada, descreve os participantes, materiais e instrumentos utilizados, como a análise documental, entrevista semiestruturada. Nos procedimentos de construção de dados provoca o porquê da escolha dos entrevistados e como transcorreu a abordagem. 5 –**Resultados e Discussão dos Resultados:** mostra a exposição dos resultados a partir dos instrumentos de acordo da utilização e aplicação mencionada anteriormente. Apresenta os resultados à luz do referencial teórico e constitui na organização de documentos e entrevistas. 6 ⇨ **Considerações Finais:** Retoma os objetivos da pesquisa e explana os resultados alcançados, e enfatiza as principais contribuições do estudo para o contexto educativo inclusivo.

2 – INCLUSÃO, PROPOSTAS REGULAMENTADAS E PRÁXIS DOCENTE

Este capítulo aborda o percurso histórico do surgimento da educação inclusiva no Brasil a partir dos documentos que legalizam esta modalidade de ensino na escola regular, enfatizando a compreensão da necessidade do conhecimento e da importância da regulamentação da educação inclusiva.

2.1 Processos históricos da inclusão educacional no Brasil

No Brasil a escola caracterizava-se por ser uma instituição que abordava a educação a um grupo de pessoas, excluindo aqueles que não estavam de acordo com os padrões ditados pela sociedade dessa forma legitimava a exclusão por parte das políticas de educação reproduzidas pela ordem social. A partir do processo de democratização a escola, ocorre a universalização do acesso, porém continuam a excluir o diferente.

De acordo com MEC/SEESP,2001 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, O atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant_ IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos_ INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento de pessoas com deficiência mental, em 1954, é fundada a APAE a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1945, foi criado o primeiro atendimento especializado as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Porém só em 1961, o atendimento educacional as pessoas deficientes passam a ter fundamentação legal através das disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional _ LDBEN, Lei nº 4.024/61 de 20 de dezembro de 1961, que aponta o direito dos excepcionais à educação em preferência dentro do sistema geral de ensino.

A Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, que altera a LDBEN de 1961, de 20 de dezembro de 1961 ao definir “tratamento especial” para alunos com “deficiência físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados”

Em 1973 o MEC cria o Centro Nacional de educação Especial- CENESP responsável pela gerencia de educação especial no Brasil, estimulou atuações educacionais direcionadas a pessoas deficientes e com superdotados, como iniciativas isoladas do estado e campanhas assistenciais.

A Constituição Federal de 1988 postula como um dos objetivos fundamentais “promover o bem para todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outra forma de discriminação” (BRASIL 1998, art.3, inciso IV). ”de condições de acesso e permanência a escola” e no artigo 208 (BRASIL, 1998) estabelece como dever do estado a oferta do atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Delibera, no artigo 205 (BRASIL 1998) a educação como um direito de todos, garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Traz no se artigo 206, (BRASIL,1988, inciso I) “a igualdade de condições de acesso e de permanência na escola” garantindo como dever do estado, a oferta do ensino especializado prioritariamente na rede regular de ensino.

Conforme escreve Carneiro (2015 p. 33):

A constituição de 1988 significou a reconquista da cidadania sem medo. Nela, a educação ganhou lugar de altíssima relevância. O país inteiro despertou para essa causa comum. As emendas populares calçaram a ideia da educação como direito de todos (direito social), portanto, deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade.

Dessa forma a educação não pode se ser concebida apenas como formadora do conhecimento, mas como forma de construir um indivíduo mais completo na maneira de pensar agir, aprender e pesquisar de forma mais ampla.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 55, reafirma os dispositivos supracitados ao definir que “ os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. A Declaração dos Direitos para Todos (1990), aprovada pela conferência dos Direitos Mundial sobre Educação para Todos Jomtein, Tailândia – 5 a 9 de março de 1990 e a Declaração de Salamanca (1994), Espanha de 7 a 10 de junho de 1994, exercem influência sobre as diretrizes públicas da educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial (1994) orienta a “integração instrucional” norteia o acesso as classes comuns do ensino regular aos que “ (...) possuem condições de

acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

Declaração de Salamanca (1994) e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, que, “inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais” (CARVALHO, 1998, p. 146). De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, na medida em que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 17-18).

Dessa forma as políticas para a educação inclusiva não veem a provocar mudanças uma vez que condiciona os alunos deficientes a se igualar-se aos padrões estipulados aos alunos sem deficiência, uma vez que a valorização vem a ser os padrões exigidos a uma classe já existentes, esta já não se preocupava em valorizar o diferente e sim separa-los.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 59 estabelece que os sistemas de ensino.

I deverão garantir currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
II a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (BRASIL,1996)

Com a finalidade de garantir qualidade na educação para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, principalmente na escola regular, faz-se necessário o acompanhamento e a valorização do estilo de aprendizado, da forma de adquirir e produzir conhecimento, de trabalhar a informação e com as pessoas, cabe a escola a função de mediadora e partilhar as responsabilidades e instituindo respeito mútuo

perante as diversidades e diferenças de cada um. Construir parcerias com os pais, escolas e poder público. Assim teremos um trabalho centrado na criança, valorizando as diferenças e respeitando-as com dignidade.

Nesse sentido, competem ao sistema de ensino capacitar professores, gestores para que nas unidades de ensino possam oferecer oportunidades para que alunos se desenvolvam de forma única de acordo com a mobilização dos conhecimentos, a partir do oferecimento de recursos adequados para que a aprendizagem ocorra. Como postula Perrenoud (2000: p. 57) “fornecer apoio integrado, administrar a progressão das aprendizagens, abrir gestão da classe, quebrar a pedagogia central dos grupos homogêneos, tudo isso representa forma de competência sistêmica”.

Ainda no processo de avanço, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial da Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001, no artigo 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo a escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP,2001) ”.

Dessa forma, amplia o sistema atendimento educacional especializado, no entanto não potencializa uma educação inclusiva de qualidade no ensino público conforme prevê o artigo 2º do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 10.172/2001 de 9 de janeiro de 2001, “ o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Ao definir metas para o ensino inclusivo o sistema deixa de lado o dever de resguardar a esses alunos o acesso a uma escola com acessibilidade física, a formação de professores em cursos específicos na área da inclusão, a ampliação de vagas nas escolas públicas outro fator que dificulta o avanço e o desenvolvimento de uma escola inclusiva, desrespeitando o que preconiza a Constituição Federal de 1988 no seu art. 205, (Brasil 1988) a educação como um direito de todos, garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, “a igualdade rede regular de ensino (BRASIL, 1988)”.

A Convenção de Guatemala (1999), de 28 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3956/2001, de 8 de outubro de 2001, reafirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais. Esse Decreto tem importantes repercussões na educação, exigindo uma

reinterpretação da educação especial. Isto porque a educação especial era compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Por outro lado, a criança só terá acesso a uma educação e seus direitos assegurados se a escola promover uma significativa mudança na grade curricular, respeitando as diferenças existentes entre seus alunos, valorizando as necessidades de cada um, uma vez que por força da lei a escola regular deverá estar aberta as pessoas com deficiência e desenvolver um ensino de qualidade que atenda a todos os educandos.

Dessa forma as instituições formadoras de profissionais que atuam na educação devem também promover uma reorganização em currículo a fim de que o mesmo contemple o conhecimento sobre as especificidades dos alunos que estarão presentes nas unidades de ensino. Uma vez que a lei nº 10.436/02 de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma legal de comunicação e expressão, assim como a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de sinais –Libras como integrante do currículo de curso na formação de professores e fonoaudiologia.

A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino a produção e a transmissão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino compreendendo projeto da Grafia Braille para a língua portuguesa e seu uso em todo o território brasileiro.

Em 2003 MEC implanta o Programa Educação Inclusiva: que promove a direito a diversidade, a transformação do sistema de ensino em sistemas educacional inclusivos de ensino, oportunizando formação para gestores e educadores brasileiros garantindo assim o direito e o acesso de todos à educação e ao atendimento especializado e a garantia da acessibilidade.

O Ministério Público Federal publica em 2004, o documento O acesso de alunos com deficiência nas Escolas e Classes Comuns da Rede Regular com a finalidade de difundir os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando os direitos e benefícios da escolarização de alunos com e sem necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de ensino. Estimulando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 de 2 de dezembro de 2004, regulamentou as Leis nº 10.098/00 de 19 de dezembro de 2000, firmando normas e critérios para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência.

O Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o intuito de fomentar a acessibilidade urbana e nos espaços públicos. O Decreto n ° 5-

626/05 de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a lei nº 10.436/2002, de 24 de abril de 2002 propondo o ingresso dos alunos surdos as escolas, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e certificação do professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da língua portuguesa como a segunda língua aos alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

No ano de 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidade/Superdotação-NAAH/S em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, constitui centros de referência na área de altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, estabelecendo orientação as famílias e a formação de educador, consolidando política de educação inclusiva e o atendimento aos alunos na rede públicas de ensino.

Em 2006 a Unesco aprova a convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece que os Estados Partes devem garantir em todos os níveis um sistema de educação inclusiva, em ambientes que elevam o padrão acadêmico e social compatível com a meta da total participação e inclusão.

Em se tratando do atendimento educacional especializado, a convenção torna claro em seu artigo 24, a necessidade de serem afirmados atendimentos especializados para que os educandos com deficiência possam ter ingresso `a escolarização nas escolas regulares, que na política de educação inclusiva nacional corresponde ao AEE- atendimento educacional especializado-

No decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, são mencionados os objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I- Promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II- Garantir a transversalidade das ações da educação especial do ensino regular;
- III- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo do ensino e aprendizagem; e
- IV- Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, art.3º, Inciso I-IV)

Fica claro que a política nacional de educação elabora e organiza recursos pedagógicos e acessibilidade que tem como objetivo eliminar as barreiras e permitir a total participação dos alunos, levando em conta suas necessidades específicas. Vale

ressaltar que as atividades desenvolvidas no período do Atendimento Educacional Especializado por meio das salas de recursos diferenciam daquelas desenvolvidas na sala de aula regular, não substituindo o trabalho realizado na sala de aula comum, permitindo assim a ampliação do Atendimento Educacional Especializado.

2.2 Educação inclusiva: reflexões sobre o contexto escolar e as propostas regulamentadas

A educação não pode ser pensada de forma dissociada, sendo assim a prática de políticas públicas educacionais são indispensáveis ao desenvolvimento de todos os elementos arrolados nesse processo educacional, nesse sentido que constituem políticas públicas voltadas a essa modalidade de educação, porém nem tudo o que é salutar para o sistema de educação é para a escola.

Refletir acerca da educação inclusiva frente as propostas pautadas pelo sistema de ensino vigente no país tem gerado grandes inquietações por parte dos educadores, esse assunto tem gerados discursões em acontecimentos tanto nacionais como internacionais.

Evidentemente, esse assunto tomou nova dimensão no seio dos eventos internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990 e os preceitos da Declaração de Salamanca (1994) e da Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994 que influenciaram a preparação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 de 20 de dezembro de 1996, e outros documentos oficiais, incluindo o Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011, referente ao Atendimento Educacional Especializado.

Documentos legais como a Declaração de Salamanca (1994) buscam visualizar os princípios que constituem uma educação básica inclusiva, uma educação que vai além das matrículas, do acesso de permanência escolar, que transcorra a prática e a vivência, que diminua as angústias, as incertezas e anseios dos verdadeiros autores da educação o professor e o aluno.

De acordo com Silva (2002, p. 7):

[...] políticas refere-se ao conjunto de atos, de medidas e direcionamentos abrangentes e internacionais, estabelecidos no campo econômico e estendidos à educação pública pelo Banco Mundial, dirigidos aos Estados da América Latina e assumidos pelos governos

locais, que tratam de disciplinar, de ordenar e de imprimir a direção que se deseja para a educação nacional.

Nesse sentido podemos afirmar que nas propostas dos mecanismos financeiros internacionais, nacionais e os governos estaduais e federal, não são contemplados os desejos de professores gestores, alunos, uma vez que é expresso e direcionadas a praticas das políticas relacionadas a educação, percebe-se que o carácter dominante e regulador do estado, que muito embora apresente um discurso democrático, apresenta as medidas e exigências em relação a educação.

Um exemplo disso é o Plano Nacional de Educação (PNE), prescrito no art. 214 da Constituição Federal de 1988 e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1994, art. 9º, § I e art. 87, § 1, que é um instrumento político de prioridades e conteúdos sistematizados, por meio do qual o Governo Federal, através do Ministério da Educação, coordena, controla e fiscaliza a educação em todo o país, em todos os níveis de ensino. Além disso, após a sua aprovação, é um documento de referência aos estados e municípios para a elaboração dos seus planos. Sendo que a educação é controlada pelos órgãos que tem a função de direcionar a educação.

Vale ressaltar que não faz satisfatório a elaboração de documentos legais bem definidos, com conteúdo bem marcante, estabelecido, o importante é buscar mecanismos para que estas ações governamentais ocorram de fato e de direito, considerando a maneira efetiva do desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito educacional.

Entretanto para concretizar a intencionalidade das políticas referentes a educação inclusiva no meio escolar, se faz necessário romper com conceitos de segregação e de condenação, com intuito de mudar mentalidades e ultrapassar preconceitos históricos, conforme enfatiza Carvalho:

[...] a participação e a cooperação serão as estratégias a serem adotadas, predominantemente na sala de aula, possibilitando a todos e a cada um desenvolver-se plenamente, com responsabilidade, assumindo sua parcela de contribuição para uma sociedade mais justa e que possa viver em paz. (CARVALHO, 2002, p. 64).

A educação especial requer novos horizontes, o atendimento, o incluir nas escolas regulares não significa somente, exclusivamente acatar a legislação.

Partindo do princípio que a educação **é direito de todos e dever do Estado** nos termos do art. 205 da Constituição Federal de 1988 de acordo com Carneiro “[...] é impositivo que, quando oferecida sob a forma de ensino sistematizado, esteja norteada por princípios básicos que calçam o mundo dos valores, e o chão das significações da organização escolar dos ritos educativos”. (CARNEIRO, 2015, p. 60)

Nesse sentido, a provocação da escola regular que não significa tão puramente a inclusão de pessoas com deficiência sim promover uma modificação no contexto pedagógico, em virtude das diferenças existentes entre os alunos e a busca em tonar possível o desenvolvimento pleno das aprendizagens de forma positiva.

Diante de tantos desafios a educação inclusiva pode ser assinalada como um novo marco que compõe o respeito pelas desigualdades como condição de valorização, pois traz benefícios ao desenvolvimento da escolarização de todos os educandos mesmo apresentado ritmos de aprendizagem diferenciadas e pela apresentação de práticas pedagógicas que perpassa as diferenças na escola, requer mudanças no sistema de ensino, não permitindo que a educação seja apenas para os que possuem deficiência e sim para todos.

Na identificação dos documentos e diretrizes referentes a educação especial é de suma importância pautar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 13 de julho de 1990, em seu artigo 54 aponta § 1º, garante que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial (BRASIL 1990). Dessa forma afirma o dever do Estado em oferecer, quando se fizer necessário, serviço de apoio especializado na escolar comum objetivando as necessidades especiais dos alunos. Enfatizando no artigo 59 que o sistema de ensino deve contemplar aos alunos com deficiência, currículo, métodos recursos organizados a fim de atender as diferenças. Valorizando as potencialidades de cada aluno e reorganizando um a proposta pedagógica para desenvolver atividades inclusivas nas escolas regulares contemplando todos que fazem parte da escola envolvendo as propostas, a estrutura e organização compreendendo desenvolvimento do ensino abrangendo a todos os alunos.

Em meio muitas reformas vinculadas às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, destacamos o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, surge a partir do Decreto nº 6.571/2008 de 17 de setembro de 2008, que dispõe do Atendimento Educacional Especializado – AEE – na rede regular de ensino e em salas de recursos multifuncionais.

Observa-se que a legislação nacional além de legitimar a matrícula dos alunos com necessidade especial educacional nas salas regulares de ensino comum garante também a oferta no Atendimento Educacional Especializado -AEE individual no contra turno. A medida colabora para o desenvolvimento e melhoria da aprendizagem e do atendimento aos alunos com deficiente, porém não é o bastante para solucionar as carências nessa área uma vez que falta também professores capacitados para atuarem nas Salas de Recursos Multifuncionais, sendo que a legislação não esclarece como será oferecida a capacitação, e tão pouco esboça um perfil dos profissionais que atuará nas salas multifuncionais.

Escreve Costa (2015, p. 154). “As políticas públicas e os documentos oficiais preconizam a educação como direito social e humano. Dessa maneira, as políticas públicas de educação inclusiva, para sua implementação demandam mais que uma ordem legal.” Entende-se que a formação do professor e um espaço organizado com materiais didáticos constitui um mecanismo necessário para o desenvolvimento do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais numa escola democrática, possibilitando o acesso ao conhecimento e legitimando a aprendizagem nas escolas regulares do aluno incluído.

3 – OBJETIVOS

Sobre o ponto de vista da construção de uma escola de qualidade para todos e que contemple a inclusão de todos sem preconceito é desejo de todos os gestores de professores, alunos e pais também da sociedade de forma geral, no entanto esse desejo propõe mudanças intensas no sistema de ensino, de efetiva participação e mudanças das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Porém sabemos que essas mudanças ocorrem de forma bastante lenta de forma organizada, planejada para proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade e igualitária que possibilite a aprendizagem e nas relações interpessoais a superação de toda e qualquer dificuldade imposta ao desenvolvimento de uma escola pública democrática e acolhedora que valorize e desenvolva a diversidade entre os indivíduos participantes de seu meio.

O desejo de escola democrática foi o que impulsionou a pesquisa para procurar resposta para o objetivo: compreender como os atores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas de educação inclusiva, diante da necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno.

Em concordância com o objetivo geral o problema: como os atores do contexto escolar poderão empoderar-se de propostas regulamentadas que favorecem os processos inclusivos, frente à necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno? Sobre um olhar inclusivo partiu do objetivo geral que se propõe: Identificar nos documentos da escola quais propostas regulamentadas norteiam os processos inclusivos;

Reconhecer as dificuldades de empoderamento das propostas regulamentadas que possam contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento do educando;

Observar nos espaços escolares como se dá a relação entre a práxis pedagógica e as propostas regulamentadas.

3.1 Objetivo Geral

Compreender como os atores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas de educação inclusiva, diante da necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno.

3.2 Objetivos Específicos

Identificar nos documentos da escola quais propostas regulamentadas norteiam os processos inclusivos;

Reconhecer as dificuldades de empoderamento das propostas regulamentadas que possam contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento do educando;

Observar nos espaços escolares como se dá a relação entre a práxis pedagógica e as propostas regulamentadas.

4 - METODOLOGIA

4.1 Pressupostos Metodológicos

Para realização do trabalho de análise das normativas acerca da implantação da educação inclusiva em escolas públicas na cidade de Rio Branco, foi utilizada como metodologia a investigação descritiva, que tem como objetivo compreender e encontrar significados a partir de leitura de documentos e observações, nesse contexto os investigadores tornam-se mais presentes e interessados em compreender as percepções individuais do mundo.

A arte de pesquisar precisa ser constante e estar presente no processo educativo, ser um constante descobrimento e reflexão sobre a realidade em que toda a informação é valorizada, bem como os procedimentos de pesquisa que instruem.

Ao fazer parte da pesquisa, o pesquisador deve ter uma atitude ética e concordar que investigar é pautar teoria e prática, sendo que as duas possuem grande valor científico. E sendo um interprete da informação é também político, como postula Demo (2009 p.16):

[...] - a pesquisa não só como busca de conhecimento, mas igualmente como atitude política, sem reducionismo e embaralhamento, num todo dialético. Aí cabe a sofisticação técnica, como cabe o seu cultivo especificamente acadêmico, desde que não desvinculado do ensino e da prática.

A presente pesquisa aponta como objetivo a ser pesquisado, compreender como os atores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas de educação inclusiva, diante da necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno.

Com o intuito de buscar respostas aos questionamentos acerca do objetivo a pesquisa foi de abordagem qualitativa, não se preocupando com a qualidade numérica e sim com a compreensão da abordagem, com o que mostra a realidade, tendo como qualidades a objetividade do fato. Segundo Chizzotti (2001, p. 79), a abordagem qualitativa “[...] -parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Nesse sentido pode-

se dizer que a informação não é um fato isolado, independente, tanto entrevistado como entrevistador são elementos da pesquisa e da construção do conhecimento.

4.2 Contextos da pesquisa

A Escola escolhida para a realização do estudo de campo, foi uma Escola Estadual inaugurada no dia 15 de junho de 1970, no município de Rio Branco, estado do Acre. Esta foi selecionada pelo fato de possuir sala de recursos multifuncionais, e também possuir um número significativo de alunos matriculados com necessidades educacional especial, elementos esses importantes para a construção da pesquisa.

A escola pesquisada atende 527 alunos matriculados, distribuídos nos dois turnos tem com o objetivo desenvolver a educação básica, ofertando o nível de Ensino Fundamental, de 1º a 5º anos nos dois turnos, sendo pela manhã (turno vespertino) das 07h às 11h15min e no período da tarde (turno vespertino) das 13h às 17h15min.

Para atender a demanda de alunos a escola conta com um espaço físico contemplando, dez salas de aula, um laboratório de informática, uma biblioteca, uma Sala de Recursos Multifuncional, seis salas administrativas, um refeitório, um almoxarifado, a biblioteca conta com um acervo diversificado e tem por objetivo auxiliar nas atividades pedagógicas.

A Sala de Recursos Multifuncionais é equipada para receber alunos com necessidades especiais, além de crianças que chegam à escola com baixo desempenho. O apoio desenvolvido na sala multifuncional é desenvolvido a partir das dificuldades e do ritmo de aprendizagem dos alunos, de forma a efetivar a aprendizagem dos mesmos.

Conta com um quadro de recursos humanos, composto por vinte e um professores, um coordenador pedagógico, um coordenador de ensino, um diretor (gestor), um coordenador administrativo, cinquenta e cinco funcionários de apoio. Vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da escola está em fase de reorganização.

A metodologia de trabalho proposta pela escola é a chamada metodologia dialógica, que tem o diálogo como sua essência e que exige do educador uma postura crítica de problematização constante, de distanciamento de estar na ação e de observar e se criticar nessa ação.

Nessa metodologia, aponta-se para a importância da participação, da problematização, da discussão no coletivo, da disponibilidade do educador na

apropriação, construção e reconstrução do saber. Partindo-se do conhecimento do aluno, espera-se ampliá-lo pela apropriação do saber universal e pela produção de novas formas de conhecimento do real.

A instituição escolar espaço da investigação, local que não é neutro e que possui uma variedade social, econômica, política e religiosa ampla e variada em seu meio permite estimular momentos de reflexões educacionais e ser lugar de possibilidades de consolidação das diretrizes educacionais em educação especial no ponto de vista inclusivo. A presença da ética na pesquisa e de fundamental importância para que haja respeito a dignidade humana. A presente pesquisa pautou-se em todas as exigências éticas, respeitando a autonomia, a humanidade, o não prejuízo e a integridade e igualdade.

4.3 Participantes

O conhecimento teórico foi produzido a luz da pesquisa bibliográfica e tem seu significado junto a representação da representação da pesquisa. Entretanto os sujeitos, desta investigação, ao lado com o ambiente da pesquisa, foram de suma importância.

Cada um dos sujeitos da pesquisa participou de forma espontânea, respondendo a entrevista semiestruturadas os quais todos receberam uma das duas vias após assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o qual garante o anonimato, a privacidade e o direito dos sujeitos entrevistados de a qualquer momento renunciar ao processo, sem prejuízos para os mesmos.

Participaram do processo de investigação para a realização da pesquisa quatro educadores: sendo uma professora mediadora, uma professora da Sala de Recursos Multifuncional, a gestora da escola e também uma professora de sala de aula regular que tem matriculado e frequentando um aluno com necessidade educacional especial.

As idades dos sujeitos entrevistados variam de 28anos a 46 anos, sendo que sua maioria com mais de 40 anos de idade e com experiência na educação.

Descrevendo melhor os participantes, relato abaixo informações colhidas junto aos mesmos, as quais serão aproveitadas posteriormente na análise de dados.

[A] professora mediadora professora de sala regular

[B] professora da sala de recursos

[B] diretora

[A1] Sou professora mediadora, 28 anos, não tenho filhos, minha formação acadêmica é ciências biológica.

[A2] Sou professora de sala regular de ensino, 45 anos, tenho um filho com 8 anos de idade, minha formação acadêmica é pedagogia

[B] Sou professora da sala multifuncional, 40 anos, tenho uma filha com 14 anos, minha formação acadêmica é pedagogia e tenho especialização em Gestão Escolar e Educação Especial Inclusiva.

[C] Sou gestora da escola, 46 anos, tenho três filhos com idade 30, 22 e 16 anos, minha formação acadêmica é pedagogia e tenho especialização em Pedagogia Gestora.

4.4 Materiais

Para a construção, organização e análise das informações foram utilizados os seguintes recursos materiais: gravador, o qual foi gravado a voz dos participantes das entrevistas da pesquisa, sendo que as mesmas foram transcritas e analisadas a luz dos autores mencionados na referência bibliográfica que legitimam a pesquisa.

Também foi utilizado o computador como instrumento de escrita de toda a pesquisa.

4.5 Instrumentos

Para o início da investigação de campo foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada. A entrevista foi composta de cinco tópicos, aos quais cada um dos participantes da pesquisa respondeu de forma livre e depois foram realizadas as análises das falas construídas pelos investigados. Conforme postula Minayo:

A estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2008, p. 64).

A pesquisa é, portanto uma maneira de interagir com o outro num momento de diálogo em dois membros buscam informações, sendo um o pesquisador e o outro que se oferece como fonte de investigação.

4.5.1 Pesquisa Documental

Análise do Projeto Político Pedagógico da escola – PPP. Essa análise teve com propósito investigar os documentos normativos da escola e, constantemente, confrontá-los com os demais instrumentos de pesquisa, visando verificar a efetivação, contribuição e contemplação desses documentos na educação inclusiva, ou seja, a investigação da teoria sob a prática.

4.5.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista compõe uma técnica escolhida para ser coletados dados não documentados sobre um tema. É uma forma de diálogo onde busca obter informações e o outro se apresenta como fonte de pesquisa. O pesquisador elabora, questões sobre o tema, e o entrevistado por sua vez, fala livremente sobre o assunto.

A segunda etapa de trabalho constituiu-se de um levantamento de informações junto aos professores, mediador e gestor da escola pesquisada através de entrevista semiestruturada uma vez que está se aproxima mais do diálogo.

4. 6 - Procedimentos de construção de dados

Para a realização das entrevistas foi escolhida uma escola Estadual da cidade de Rio Branco AC, por ser uma escola que atende alunos com necessidades educacionais especiais, ter Sala de Recursos Multifuncional. Após escolha da escola o pesquisador foi até a escola no momento apresentou-se a gestora para comunicou os motivos de sua visita, falando da pesquisa e o objetivo da mesma.

A gestora prontamente aceitou a pesquisa no ambiente escolar, o qual foi observado durante o intervalo (recreio) as crianças no pátio e durante o lanche, no momento foi observado como as crianças interagem com seus pares. Em seguida a mesma me conduziu até à sala dos professores, onde fui apresentada as professoras para a realização da entrevista, sendo que as professoras da sala regular, da Sala de Recursos Multifuncional e a mediadora aceitaram de forma voluntária a participar da pesquisa.

Falei sobre a minha pesquisa e mostrei a eles os seguintes documentos: Aceite institucional (Anexo A.); carta de Apresentação (Anexo B) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a equipe escolar – TCLE (Anexo C); e a Entrevista semiestruturada (Apêndice A). Solicitei o Projeto

Político Pedagógico PPP da escola e demais documentos como: Regimento Escolar, registros de eventos e outros projetos que surgiram no decorrer do ano e não estavam previstos no PPP. A gestora da escola relatou que os documentos da escola estavam em fase reconstrução, uma vez que os mesmos podem se constituir numa proposta inacabada, que vai se construindo ao longo da caminhada da instituição escolar, ocorre de forma coletiva e demanda organização, capacidade de mobilização para o planejamento da vida escolar.

A gestora informou que os únicos documentos que a escola tinha eram projetos pedagógicos desenvolvidos em sala de aula pelos professores intitulados; o meio ambiente, valorizando e desenvolvendo a diversidade na escola, folclore.

A análise documental foi realizada a partir do estudo desses documentos que foi examinado e selecionados de acordo com a relevância para a pesquisa.

4. 6.1 Análise Documental

Com o objetivo de iniciar a realização da pesquisa foi planejado e organizada a partir da leitura e análise de documentos legais que dão legitimidade ao processo de implantação da educação inclusivas nas escolas regulares, por um período de pouco menos de duas horas, foi abreviado em virtude da escola não ter documentos para apresentar para a análise, documentos considerados se suma importância para a pesquisa.

Quadro nº 1 - Análise documental

N. DA SESSÃO	DATA	OBJETIVO	PRODUTO
1	06/10/2015 Horário: 15h30min às 16h50min	Identificar nos documentos da escola quais propostas regulamentadas norteiam os processos inclusivos;	O documento da escola Projeto Política Pedagógico é norteado por valores que visam a qualidade e excelência em tudo o que a escola se propõe em realizar, pautados na, tolerância participação e transparência no respeito a dignidade nos direitos da pessoa humana, valorizando o trabalho em equipe. O PPP da escola é pautado nos princípios que favoreça o desenvolvimento da pessoa humana, na formação da cidadania e ética, aa solidariedade, autonomia e pensamento crítico para a transformação a sociedade. Tendo como missão assegurar um ensino de qualidade, atendendo as expectativas dos nossos alunos, pais e

colaboradores, dando acesso a todos, visando a busca constante da excelência nos serviços prestados e formando cidadãos preparados para sociedade contemporânea. Destacando a metodologia dialógica, e exige postura crítica do educador.

O documento destaca como função de relevância o desenvolvimento cognitivo, afetivo e ética e harmoniosa dos alunos, desenvolvendo um trabalho multidisciplinar. Tem como objetivo elevar o desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Sua proposta pedagógica como fonte orientadora de transformação do aluno e de seu meio, busca alternativas para melhoria da qualidade de vida a partir de um processo de preparação afetiva, intelectual e harmoniosa de todos os participantes.

Escola se apresenta como um espaço voltado ao aprendizado dos alunos, buscando valorizar a participação de todos de forma igualitária oportunizando o desenvolvimento de capacidades intelectual, sociais, despertando a criatividade, os valores respeito solidariedade, tolerância colaboração e respeitando e valorizando as diferenças individuais dos alunos.

A escola desenvolve projeto como Meio Ambiente, Folclore, Valorizando a Diversidade, Ética Racial, Pequenos Leitores, Proerd, Gincana na Escola. ,

4. 6.2 Entrevistas semiestruturada

As entrevistas semiestruturadas estavam previstas e realizadas com quatro educadores: sendo uma professora mediadora, uma professora da Sala de Recursos Multifuncional, a gestora da escola e também uma professora de sala de aula regular que tem matriculado e frequentando um aluno com necessidade educacional especial para compreender como os atores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas de educação inclusiva, diante da necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno.

A entrevista semiestruturada contribuiu para que o entrevistado participasse de forma livre, sendo que para consolidação das questões da entrevista ocorreu de forma a valorizar e atender os objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com a gestora da escola, uma professora mediadora, a professora da Sala de Recursos Multifuncional. Os selecionados aceitaram a entrevista de forma harmônica e satisfeitos responderam as questões que foi apresentada, dessa forma as entrevistas foram concluídas com êxito e de forma rápida por todos que sem demonstrar incomodo participam da investigação.

4.7 - Procedimentos de análise:

Os resultados foram constituídos a partir das informações apresentadas pelas entrevistas semiestruturadas e análise dos documentos da escola, levando em consideração a fundamentação teórica e metodológica adotada.

O trabalho de campo surgiu da participação espontânea do investigador no cotidiano do entrevistado e da instituição estudada a qual constitui uma importante fonte de comunicação e constituição de saberes entre o sujeito e o objeto estudado.

Partindo dessa premissa a investigação no contexto da apropriação a partir dos documentos que preconizam sobre a legislação da educação inclusiva, busca no trabalho de campo da investigação qualitativa na qual uma informação no processo produz significado e nesse sentido os dados da investigação recebem relevância e são confrontados com o pensar a partir de teoria que produzem novos modos de pensar dentro do que foi gerado e utilizado como facilitador de ideias.

Conforme postula Maciel e Raposo (2010, p 84) desta confrontação vão aparecer novas ideias, cuja legitimidade só pode entender-se dentro do processo de pensamento em que foi gerado.

Após a coleta dos dados através da entrevista individual semiestruturada os participantes da pesquisa foram selecionados e agrupados em categorias para melhor desenvolver as discussões com o referencial teórico.

De acordo com Maciel e Raposo (2010, p. 73) –“as categorias teóricas, [...] são instrumentos do pensamento que expressam um momento do objeto estudado bem como o contexto histórico onde esse momento aparece como significativo”. Dessa forma as categorias foram elencadas pela proximidade do tema e dos significados que promovessem aproximação dos objetivos do estudo e assim construir novos conhecimentos.

As análises dos dados, foram construídos a partir da análise dos documentos que respaldam as ações na escola e das entrevistas com seres envolvidos no desenvolvimento da inclusão na Escola.

Neste sentido as análises dos dados, geradas com base nas observações das salas de aulas e das entrevistas com docentes se formaram a partir da elaboração dos objetivos deste trabalho bem como seu embasamento nas fundamentações teóricas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.2 Entrevistas

Os participantes da pesquisa serão mencionados nesse capítulo da pesquisa de acordo com a disposição feita no item “Participante da Metodologia”. Estes foram organizados da seguinte forma:

[A] Professor de Sala de Recursos Multifuncional

[B] Professor: [B1] e [B2]

[C] Gestora

5.2.1 Concepções sobre inclusão escolar

Os participantes envolvidos na pesquisa mostram sua concepção sobre inclusão escolar, e percebe-se que em quase a totalidade das respostas apontam para um denominador comum quando afirmam que inclusão escolar se constitui no momento em que o aluno com necessidade educacional especial consegue construir um conhecimento significativo a partir das intervenções do professor e da interação com os demais colegas, na sala de aula do ensino regular. Para B2: *A “Inclusão escolar é o momento que os alunos tenham acesso ao mesmo sistema de educação, se sentem integrados daquela situação da sala de aula tem que haver a participação”*.

Os documentos normativos que se referem a educação inclusiva expõem como princípio o direito do educando com necessidade educacional especial o acesso e permanência na escola a formação de professores, currículo, métodos, recursos, organização e infraestrutura apropriada para balizar uma educação de forma satisfatória. No entanto dificuldades sempre existirá no campo da educação, não há uma receita pronta para o professor, a escola colocar em prática, neste sentido faz-se necessário refletir sobre os procedimentos adotados na escola inclusiva.

Conforme comprova a fala do entrevistado inclusão escolar é aceitação a compreensão do aluno com necessidade educacional especial, respeitando suas diferença e limitações e valorizando os pontos fortes do aluno. A escola deve também garantir a acessibilidade, dos educandos suprimindo as barreiras arquitetônicas e nos equipamentos, no mobiliário a fim de que os alunos possam transitar no espaço escolar sem dificuldade.

5.2.2 – Concepções de inclusão escolar partir dos documentos normativos, decretos e diretrizes.

Os sujeitos da pesquisa concebem a inclusão escolar a partir dos documentos normativos, apesar de ter conhecimento a respeito da legislação vigente sobre educação inclusiva os sujeitos se referem com dificuldade e também como algo que a escola ainda não está preparada para consolidar a inclusão na sua plenitude conforme retrata a fala da professora entrevista B1 “Eu concebo uma utopia, por que tem coisas que não são possíveis de realizar. “

Está claro a dificuldade de colocar em prática o que os documentos preconizam a respeito da educação inclusiva. A gestora escolar reforça o despreparo da escola em atender os alunos com necessidades educacionais especiais confirma em sua fala essa dificuldade: *“Nós sabemos que enquanto escola tem várias leis que falam sobre a questão da inclusão. Muito embora nós enquanto escola, muitas vezes não estamos preparados, sabemos das leis das diretrizes, mas temos muitas dificuldades.”* [C]

Avanços na educação inclusiva de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial da Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001, no artigo 2º, determina que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo a escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001)

Dessa maneira percebe-se que o sistema expande o atendimento especializado, porém não oferta uma educação de qualidade no ensino público, ficando os gestores e professores aflitos em oferecer um conhecimento com qualidade de forma consolidar os saberes dos educandos.

Para Pacheco (2007, p. 211) “Há necessidade de os profissionais aprofundarem seus conhecimentos e adquirirem novas habilidades torna-se crítica para atender às várias necessidades dos alunos”.

Os processos da educação inclusiva num formato inclusivo exigem profissionais habilitados e comprometidos, conscientes que no seu fazer diário deve acolher a todos, observando e escutando cada aluno com necessidade educacional especial, e refletindo sobre suas ações diárias. Exige professores sensíveis, capazes de planejar de forma flexível, com capacidade de adaptar a sua prática pedagógica as necessidades de seus

alunos, ajustando novas possibilidades de ação junto aos educandos. Silva e Costa (2015 p.100) apontam que:

A formação na perspectiva da educação inclusiva deve possibilitar a sensibilização das pessoas, em ver o outro como sujeito de direito, cujas potencialidades são diferentes, e por isso não podem ser vistas de acordo com os padrões de “normalidade” ou de “uniformidade” das capacidades das pessoas como se fossem possíveis formata-las.

A inclusão deve respeitar a diferença e diversidade dos alunos dessa forma a formação dos professores deve contemplar os direitos humanos sob o ponto de vista da educação inclusiva e democrática.

5. 2.3- Dificuldades no desenvolvimento do trabalho frente inclusão escolar

Para a efetivação da compreensão das dificuldades encontradas pelos educadores no desenvolvimento do trabalho realizado na escola envolvendo a inclusão escolar, foi buscado respostas para essas dificuldades e os entrevistados foram pontuais quando relacionaram a omissão da família em realizar um trabalho em conjunto com a escola que favoreça o desenvolvimento do aluno.

A família é de suma importância para a formação do indivíduo como participante da sociedade, no desenvolvimento humano, nesse sentido é indispensável demonstrar aos pais que devem participar do processo educacional de maneira que possa contribuir para o crescimento intelectual da criança, uma vez que a família é quem melhor conhece esse aluno e ode firmar parceria e oferecer informação relevante para o aprimoramento do processo educacional. Compete ao educador especializado da sala multifuncional se fazer presente junto a família orientando e aproximando a família do professor e da escola.

Para Tunes (2006), “[...] ao receberem a notícia que a criança tem uma patologia, os pais começam a viver uma situação muito difícil: quem esperavam, não chegou; mas receberam alguém cuja história não havia sido escrita”.

No entanto a negação dos pais em relação a deficiência do filho, atrapalha o trabalho do professor, da escola, em certas ocasiões evita um desenvolvimento expressivo, toda via o professor precisa ter empatia, compreender o fato, o sofrimento as desordens vivenciadas pela família em detrimento de ter um filho com deficiência.

Para que o processo de inclusão seja consolidado de forma satisfatório se faz necessário a participação da família, juntamente aos professores fortalecendo as ações de inclusão.

Outro ponto mencionado pelos professores que dificulta a inclusão diz respeito a formação do professor que atua diretamente com esse aluno na sala de aula regular, conforme menciona a participante da pesquisa B2: *“A minha dificuldade é ter que trabalhar sem formação, não tenho uma formação direcionada e esse tipo de atendimento.”*

Na formação acadêmica os profissionais da área da educação recebem de forma bastante superficial conhecimentos teóricos sobre educação inclusiva, muitas vezes nos estágios supervisionados se deparam com algum aluno com necessidade educacional escolar. No decorrer de sua prática docente e de sua formação continuada percebem que o conhecimento que possuem, a competência necessária para desenvolver um trabalho satisfatório com esses alunos é mínima. Para desenvolver práticas que contribuíssem para a aprendizagem dos alunos inclusos faz-se necessário conhecer e ter um embasamento teórico muito bem construído, para tanto esses pontos perpassam pela formação e atuação do professor das escolas regulares.

Conforme postula Silva e Costa (2015 p.165) *“a formação de professores (as) com ênfase na educação inclusiva que considera os direitos humanos vai além da mera transmissão de conteúdos curriculares, ao acesso a metodologias e recursos tecnológicos.”*

Cabe ao sistema de ensino proporcionar o preparo dos professores para que realizem a mobilização dos recursos existentes para melhorar sua prática e desenvolver a aprendizagem, enfatiza Silva e Costa (2015 p. 630) *“[...] a capacitação dos professores da educação especial e da educação geral ao mesmo tempo e, como consequência, torna obrigatório o envolvimento dos sistemas de ensino na área de planejamento e de acompanhamento das práticas de capacitação docente”*.

5.2.4- Importância da inclusão escolar nas escolas regulares

Apontando como os sujeitos arrolados na pesquisa visualizam a importância da inclusão escolar no âmbito de ensino regular, a partir das ações pedagógicas e os espaços físicos disponíveis para desenvolver as atividades, os professores potencializam como

aspecto relevante a socialização dos alunos inclusos bem como para o desenvolvimento da cidadania.

Estamos inseridos numa sociedade composta por contingente de pessoas diferentes, e cada pessoa é um ser individual. Seria irregular pensar na escola como diferente, no instante que realiza um trabalho pautado na igualdade, portanto negando as diferenças quando propõe que todos somos iguais. Nessa perspectiva a escola deve colocar em prática o princípio da educação inclusiva, educação para todos, um direito, preocupando-se com a oferta de um ensino de forma que todos os alunos se desenvolvam a partir da troca de conhecimento, de experiências da interação entre os mesmos conforme enfatiza o entrevistado C [...] *“é importante que eles estejam no meio dos outros socializando trocando ideias, aprendendo com os outros, muitas vezes a gente tem uns problemas como todo mundo tem.”*

De acordo com o princípio de escola inclusiva, onde todos precisam aprender de maneira coletiva, independente das diferenças existente entre os sujeitos se faz necessário que a escola conheça todas diferenças e ritmos existentes entre os alunos para ofertar um ensino pautados na qualidade. Carneiro (2015 p. 60) escreve que:

“Os princípios, portanto, deverão ser entendidos como elementos recorrentes do diálogo pedagógico e da prática de ensino de tal maneira que o ser, a valer e o refletir sejam vividos como elementos integradores de “situacionalidades” de sala de aula de cada curso, de cada escola de cada projeto pedagógico e de cada sistema de Ensino, enfim.

Consequentemente a educação inclusiva exige da escola novos posicionamentos, uma inovação, qualidade no ensino que desenvolva as especificidades de cada aluno tornando-o apto para transformar a sociedade em que fazem parte, um desafio que deve ser assumido para que a inclusão de fato ocorra.

5.2.5 Importância dos documentos que legalizam a inclusão escolar

As considerações apresentadas pelos sujeitos participantes da pesquisa quanto a importância dos documentos que tornam legal a inclusão escolar todos foram unânimes em afirmar que os documentos legais são importantes para tornar a inclusão de fato e de direito no seio da escola de ensino regular.

A fala da entrevistada fica clara a segurança em desenvolver um trabalho de qualidade para a comunidade mediante os documentos que regem a educação. A “*[...]os documentos nos dão mais segurança pra trabalhar, eu me sinto mais segura quando se tem um documento a gente está garantida por leis o aluno também está garantido[...]*”

A gestora também enfatiza a importância dos documentos reguladores da educação inclusiva e o papel e a responsabilidade da escola perante os alunos com necessidades educacionais especiais C [...]“*os decretos e as leis normativas vieram para que realmente a inclusão acontecesse de fato e de direito, por que antes a escola tinha como negar uma vaga agora com as normativas as leis a escola não têm mais como excluir essa criança do meio do ensino regular*”.

O pensar da educação inclusiva sugere uma educação de qualidade e igualitária a todos, acolhendo as diferenças individuais com características e não como barreira valorizando a diversidade para o crescimento das pessoas expondo isso em documentos como a Declaração de Salamandra,(1994) Convenção de Guatemala, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente(1990) entre outras lei, decretos e normativas que formalizam e regulamentam a educação inclusiva e expõem regras, forma de organização que norteiam o desenvolvimento da educação e dos alunos.

Carneiro (2015) as Leis da Educação devem propor confiança e organização e também deve exercer o elo entre as obrigações da permanência e as reivindicações do crescimento social, principalmente ser um caminho a seguir de conceitos, procedimentos e conclusões sob a luz da constituição.

5.3 Análise de documento

Frente à análise do Projeto Político Pedagógico da escola, pontuado pela gestora da escola como um documento único e norteador das ações da mesma, compreendeu que a missão da escola é garantir ensino de qualidade dando ênfase a formação do educando como cidadão apto a conviver e compreender a sociedade, O documento enfatiza a importância de levar o aluno a desenvolver e se desenvolver frente as dificuldades e as diferenças apresentadas na escola. Valorizando a participação de todos oportunizando a equidade, despertando a criatividade, os valores respeito solidariedade, tolerância colaboração e respeitando e valorizando as diferenças individuais dos alunos.

O documento da escola Projeto Política Pedagógica é norteado por valores que visam a qualidade e excelência em tudo o que a escola se propõe em realizar, pautados na, tolerância participação e transparência no respeito a dignidade nos direitos da pessoa humana, valorizando o trabalho em equipe.

O PPP da escola é pautado nos princípios que favoreça o desenvolvimento da pessoa humana, na formação da cidadania e ética, na solidariedade, autonomia e pensamento crítico para a transformação a sociedade.

Tendo como missão assegurar um ensino de qualidade, atendendo as expectativas dos nossos alunos, pais e colaboradores, dando acesso a todos, visando a busca constante da excelência nos serviços prestados e formando cidadãos preparados para sociedade contemporânea. Destacando a metodologia dialógica, e exige postura crítica do educador.

O documento destaca como função de relevância o desenvolvimento cognitivo, afetivo e ética e harmoniosa dos alunos, desenvolvendo um trabalho multidisciplinar. Tem como objetivo elevar o desenvolvimento acadêmico dos alunos.

Sua proposta pedagógica como fonte orientadora de transformação do aluno e de seu meio, busca alternativas para melhoria da qualidade de vida a partir de um processo de preparação afetiva, intelectual e harmoniosa de todos os participantes.

Escola se apresenta como um espaço voltado ao aprendizado dos alunos, buscando valorizar a participação de todos de forma igualitária oportunizando o desenvolvimento de capacidades intelectual, sociais, despertando a criatividade, os valores respeito solidariedade, tolerância colaboração e respeitando e valorizando as diferenças individuais dos alunos.

A escola desenvolve projeto como Meio Ambiente, Folclore, Valorizando a Diversidade, Ética Racial, Pequenos Leitores, Proerd, Gincana na Escola.

Ao analisar a proposta pedagógica da escola e ler as entrelinhas do PPP percebeu que a escola não dá ênfase a educação inclusiva no documento que dá legitimidade ao fazer na escola, no entanto fomos informados pela gestora que o mesmo está em fase de reestruturação, uma vez que a sociedade está em constante mudança o PPP da escola também deve sofrer mudanças para se adequar e contemplar as mudanças exigidas pela sociedade e a legislação que regem a educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta pesquisa percebemos o iniciar de outra, com novas investigações e probabilidades de mudanças. A pesquisa intitulada “Educação Inclusiva: reflexões sobre propostas regulamentadas e o contexto escolar”.

No momento em que iniciamos a investigação aos nossos questionamentos e inquietações provenientes das propostas que regulamentam a educação inclusiva nas escolas regulares formamos um problema de pesquisa que interrogava *como os atores do contexto escolar poderão empoderar-se de propostas regulamentadas que favorecem os processos inclusivos, frente à necessidade de se consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno?*

Ao longo da caminhada nos dedicamos a buscar por respostas aos nossos questionamentos iniciando do objetivo de compreender como os autores do contexto escolar estão se apropriando das propostas regulamentadas da educação inclusiva, diante da necessidade de consolidar aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito de ensino, o aluno. Contudo se faz necessário avançar mais no conhecimento da legislação, pois a mesma não faz diferença engavetada, sem ser colocada em prática. Insegurança continuarão a existir como constatadas nas falas dos entrevistados se não ocorrer uma transformação de paradigmas no sentido de buscar conhecimento do fazer e o compreender a educação inclusiva no seio das escolas regulares.

Durante as falas uma das necessidades foi possível compreender a angústia de não receber uma formação adequada para trabalhar com segurança com os alunos com necessidades educacionais especiais, o desejo por conhecimento para proporcionar uma aprendizagem significativa aos educandos. O gestor e professores demonstram estar abertos para a busca do conhecimento sobre com o objetivo de melhorar sua prática docente colaborar para o crescimento dos alunos.

O sistema de educação nacional tem o desafio de assegurar o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, incluindo os alunos com necessidades especiais educacionais numa perspectiva inclusiva, onde cada aluno mostra suas particularidades, suas estratégias de aprendizagem, ritmos, interesses, capacidade que devem ser respeitadas e valorizadas.

As estratégias, alternativas e procedimentos de ensino devem ser para todos num processo inclusivo, e não apenas para alguns ou somente para os alunos que frequentam

o atendimento educacional especializado. A educação de modo geral precisa contemplar práticas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem, rompendo assim com os antigos paradigmas de segregação e exclusão.

A legitimidade da educação inclusiva está garantida o que falta é a escola se reestruturar para atender esses alunos a escola de forma a proporcionar aprendizagens significativas. Atitudes se fazem necessárias para que consigamos mudar a realidade e contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Com a finalidade de novas discussões frente as já existentes, pensadas, planejadas reestruturadas bem sucedida no programa educacional, pois as alterações não se limitam a este estudo, no entanto se propõe estimular novas leituras, reflexões sobre as leis que regulamentam a educação sem exclusão e indiferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 ago 2015.

BRASIL. Ministério da Educação/SEESP **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, Secretaria de Educação Especial. 2001.**

_____. **Congresso Nacional. Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 1989**

_____. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** Guatemala, 1999.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único** do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União,** Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diário Oficial da União,** Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União,** Brasília, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

_____. Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial e de outras providências. Diário Oficial da União,** Brasília, 23 ago. 2015.

_____. Decreto nº 3956 de 8 de outubro de 2001. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil,** Brasília, 8 out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 20 ago. 2015

_____. **O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA,** Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

CARNEIRO MOACI Alves **LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo/** Moaci Alves Carneiro, 23.ed.revista e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2009.

Educação Inclusiva e direitos humanos: perspectivas contemporâneas/ Ainda Maria Monteiro Silva, Valdelúcia Alves Costa. (orgs) – São Paulo: Cortez, 2015 – Coleção educação em direitos humanos)

MACIEL, Diva Albuquerque.; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão** In: MACIEL, D.; BARBATO, S. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: UnB, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: **contexto de observação, interação e descoberta**. In: DESLANDES, Sueli Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008,

SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e consentimento: a política educacional do**

TUNES, Elizabeth. **Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu...: o programa da Lurdinha**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção educação contemporânea).

ANEXOS

ANEXO A - Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa _____ de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em ____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B Termo de apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Dìva Albuquerque Maciel**

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Instituto de Psicologia – Brasília -DF

ICC - SUL

Telefones:+55 (61) 3107-6911

ANEXO C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor(a),

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

APÊNDICES

APÊNDICE – A - Roteiro de entrevista semiestruturada

Nome:

Identificação fictícia:

Idade:

Função:

Tem filho (s)? Idade (s):

Escolaridade (Formação):

1-O que é inclusão escolar para você?

2-Como você concebe a inclusão escolar a partir dos documentos normativos, decretos e diretrizes?

3-Comente as dificuldades encontrados no desenvolvimento do trabalho frente a inclusão escolar?

4-Qual a importância da inclusão escolar nas escolas regulares?

5-Qual a importância dos documentos normativos, decretos e diretrizes para a inclusão escolar?